

A REPRESENTAÇÃO DA 2ª PESSOA NAS POSIÇÕES DE COMPLEMENTO: O PAPEL DA CATEGORIA SOCIAL¹

THE REPRESENTATION OF THE 2nd PERSON IN COMPLEMENT POSITIONS: THE ROLE OF SOCIAL CATEGORY

Camila Duarte de Souza

Mestranda em Língua Portuguesa
Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro
miladuarte20@gmail.com

Thiago Laurentino de Oliveira

Mestrando em Língua Portuguesa no Programa
Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro
thiago.laurentinodeoliveira@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho orienta-se para o estudo da variação entre as formas do paradigma de *tu* e de *você* nas posições de complemento verbal acusativo e dativo no final do século XIX e início do XX. Nesta análise, serão levantadas as formas variantes dos pronomes de 2ª pessoa do singular nas referidas funções a fim de se verificar, de uma perspectiva diacrônica, o comportamento do paradigma de *tu* e de *você* e os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam o uso das formas variantes. Para tanto, utilizamos um *corpus* constituído por cartas pessoais de duas famílias e um casal de noivos situados no Rio de Janeiro na época mencionada: Oswaldo Cruz, Pereira Ferraz Magalhães e Jayme e Maria. Como aparato teórico-metodológico, adotamos a sociolinguística histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012). Os resultados indicaram que a representação da 2ª pessoa do singular nas posições de complemento não segue um único paradigma no português brasileiro, apresentando variação entre as formas relacionadas a *tu* e a *você* desde a virada do século XIX para o século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Complemento acusativo e dativo; Sociolinguística histórica; Cartas pessoais.

ABSTRACT: This paper is oriented towards the study of the variation between the forms of the paradigm of tu and você in positions of accusative and dative verbal complements in the late 19th and early 20th centuries. In this analysis, the variant forms of 2nd person singular pronouns in such functions are collected in order to verify, from a diachronic perspective, the behavior of the paradigm of tu and você and linguistic and extralinguistic factors that influence the use of these variants. To that end, we used a corpus composed of personal letters from two families and an engaged couple settled in Rio de Janeiro by the period mentioned: Oswaldo Cruz, Pereira Ferraz Magalhães and Jayme and Maria. Our theoretical and methodological apparatus is Historical Sociolinguistics (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012). The results indicate that the representation of the 2nd

¹O tema deste artigo faz parte do projeto de pesquisa “A configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro (PB): análise linguística em cartas dos séculos XIX e XX” supervisionado pela Profª. Drª. Célia Regina dos Santos Lopes.

person singular in complement positions does not follow a single paradigm in Brazilian Portuguese, showing variation between the forms related to tu and você since the turn of the 19th to the 20th century.

KEYWORDS: *Accusative and dative complements; Historical Sociolinguistics; Personal letters.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a apresentar alguns resultados relativos à variação entre as formas pronominais dos paradigmas de *tu* e *você* nas posições de complemento verbal observados na diacronia do Português brasileiro (doravante, PB). No que tange à representação da segunda pessoa do singular na posição de sujeito, autores como Rumeu (2004, 2008) e Machado (2006) observam que a forma de tratamento polida *Vossa Mercê*, surgida no século XV, passou por um processo de gramaticalização, resultando no pronome *você*. A partir do século XIX, principalmente no Brasil, essa forma pronominal passa a concorrer com o antigo pronome *tu*, herança do sistema de pronomes pessoais latinos. A inserção de *você* no quadro pronominal ocasionou, no PB, a coexistência de diferentes subsistemas de representação da 2ª pessoa do singular, com importantes variações nos planos geográfico, sociolinguístico e pragmático (*tu* e/ou *você*).

Ainda na perspectiva diacrônica, diferentes trabalhos feitos com base em cartas e peças teatrais dos séculos XIX e XX (cf. DUARTE, 1995; MACHADO, 2011; SOUZA, 2012) dão indícios de que o *você*-sujeito começou a suplantiar o emprego de *tu* a partir dos anos 1920-30. Na outras posições da sentença, entretanto, *você* parece não apresentar o mesmo ritmo de implementação, particularmente como complemento verbal.

Abordaremos, no presente estudo, os mesmos séculos em que a posição de sujeito foi analisada a fim de observar como se dava a representação da 2ª pessoa nas posições de complemento. Utilizamos como *corpus* de análise um conjunto de cartas pessoais produzidas por brasileiros situados principalmente no Rio de Janeiro. Como aparato teórico-metodológico, adotamos a Sociolinguística histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012), a fim de contemplar as questões ligadas aos informantes de sincronias passadas. Como hipóteses, acreditamos que: i) diferentemente do observado para a posição de sujeito, as formas do paradigma de *tu* sobrevivem expressivamente nas posições de complemento sob a forma do clítico *te*, mesmo nos contextos em que há a presença do *você*-sujeito; ii) o fator sócio-histórico categoria social, embora não influencie diretamente na frequência de uso do clítico *te*, condiciona a presença/ausência da chamada “uniformidade de tratamento”, ou seja, a simetria entre as diferentes posições sintáticas quanto à utilização de formas pertencentes ao mesmo paradigma (*tu* – *te* – *ti*; *você* – *o/a* – *lhe*).

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, detalhamos o fenômeno em análise na seção 1; apresentamos algumas questões teóricas da Sociolinguística histórica ligadas aos informantes, relacionando-as ao *corpus*

utilizado na análise na seção 2; em 3, expomos a metodologia e os fatores investigados; os resultados da análise dos pronomes-complemento de 2ª pessoa do singular são discutidos em 4; por fim, concluímos com algumas considerações finais.

2 O FENÔMENO EM ANÁLISE

O que chamamos genericamente de complementos verbais são, na verdade, elementos de natureza sintática e semântica diferentes. Esses complementos subdividem-se em duas classes distintas, rotuladas aqui por acusativo e dativo. A seguir, exibimos a definição e a caracterização desses constituintes, exemplificando-os com as formas de representação da 2ª pessoa do singular.

2.1 Complemento verbal acusativo

Denominamos acusativo o complemento verbal conhecido na tradição gramatical como objeto direto (OD). Este complemento caracteriza-se por, na maioria dos casos, ligar-se ao verbo sem intermédio de preposição. Além disso, mantém uma estreita relação sintático-semântica com o predicador verbal. Na perspectiva tradicional, o pronome acusativo original de segunda pessoa seria apenas o clítico *te*; no entanto, a partir da entrada do pronome *você* no sistema, outras estratégias também se tornaram possíveis nessa posição no PB, como o pronome lexical *você*, os clíticos de terceira pessoa *lhe* e *o/a* e, até mesmo, o objeto nulo \emptyset .

Os dados de (1) a (5), extraídos do nosso *corpus*, ilustram cada uma das variantes:

- (1) **TE** – *Faço tenção de descer na quinta feira para **te** abraçar* (OC-17-10-1899)
- (2) **VOCÊ** – *eu espero **você** no Domingo sem falta na Estação* (MJ-01-10-1936)
- (3) **LHE** – *No coração de Nosso Senhor eu **lhe** abraço ternamente e sou Sua irmã affetuosa Maria Leonor Castro. Religiosa de Santa Doroteia.* (PF-05-04-1913)
- (4) **O/A** – *Nos Corações Santíssimos de Jesus e Maria **a** abraça Sua irmã muito amiga Amalia* (PF-01-08-1909)
- (5) **ZERO (Não realização)** – *Responde-me depressa a esta carta, que entrego ao Coração de uma Mãe Celeste para que Ella te inspire e \emptyset guie em tudo* (PF-06-07-1919)

2.2 Complemento verbal dativo

Diferentemente do acusativo, não podemos correlacionar o que chamamos de dativo com o que tradição gramatical convencionou denominar objeto indireto (OI). Desde a publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959, os gramáticos tradicionais passam a distinguir OD de OI pautando-se apenas pela ausência ou presença da preposição. Esse critério se mostra ineficiente para as duas classes, haja vista que, de um lado, o OD pode ser preposicionado quando faz referência a seres humanos ou humanizados (“Amar *a Deus*”); por outro lado, o OI não apresenta preposição quando se realiza sob a forma de um clítico átono (Eu *lhe* dei um presente).

Restringindo-nos apenas aos OIs segundo a análise tradicional, encontraríamos ainda uma vasta gama de valores semânticos para os complementos preposicionados, alguns desses com significado mais próximo dos adjuntos do que dos complementos. Por tudo isso, as gramáticas de orientação linguística optaram por separar os complementos preposicionados em dativos e oblíquos. Os dativos², seguindo a formalização de Duarte (2003) e Company (2006), são argumentos do verbo preposicionados por *a* ou *para* que recebem prototipicamente papel temático de alvo/receptor ou fonte de uma ação e podem ser substituídos por um clítico, geralmente o *lhe*. Já os oblíquos são constituintes sempre preposicionados, que podem receber papéis temáticos diversos (locativo, instrumento, beneficiário etc.) e não podem ser pronominalizados.

Dentro da representação pronominal de segunda pessoa, o dativo pode aparecer sob a forma clítica (*te*, *lhe*), como um sintagma preposicionado (*a~para ti/você*) ou como objeto nulo (\emptyset), como ilustramos de (6) a (10):

(6) **TE** –*desde o fatal dia 9 que te escrevo diariamente, como manda meu coração e como tenho te promettido* (OC-14-04-1891)

(7) **LHE** –*Após a passagem ou visita de minha nova Provincial pela casa da Bahia quis logo escrever-lhe sobre o que achou ela do meu caso...* (PF-18-08-1946)

(8) **PREP. + TI** –*São 11 horas preciso dormir, se não fosse isso seria capaz de ficar a noite toda escrevendo para ti, dizendo tudo quanto sinto por ti* (JM-2-03-1937)

(9) **PREP. + VOCÊ** –*a Ismenia dice se soubece escrever que tinha escrito para você dizendo que eu tinha chorado.* (MJ-28-09-1936)

(10) **ZERO** –*não repares a minha carta nei os eros, eu vou escrever \emptyset outra esta semana.* (MJ-22-02-1937)

Os dados dos complementos acusativos e dativos que foram utilizados neste estudo, como já anunciamos na introdução, foram obtidos de uma amostra de cartas escritas nos séculos XIX e XX. Tendo em vista os limites intrínsecos a um *corpus* constituído de fontes documentais diacrônicas, cabe-nos discutir alguns preceitos da Sociolinguística histórica que fundamentam a perspectiva aqui adotada.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

Traçar os pressupostos teóricos de um estudo no âmbito da Sociolinguística histórica significa, na maioria dos casos, esclarecer com quais problemas e questões pretendemos lidar e, principalmente, quais serão as propostas para solucioná-los. Nesta seção, destacaremos o entrave em torno dos informantes do passado, particularmente no que diz respeito à recuperação de seus dados biográficos e de que maneira esses dados, mesmo escassos, podem contribuir para a análise sociolinguística em perspectiva histórica.

²Neste artigo, os termos “objeto indireto” e “dativo” serão utilizados livremente como sinônimos embora a referência seja sempre ao complemento dativo caracterizado em 1.2.

3.1 Os informantes de sincronias passadas

Hernández-Campoy e Schilling (2012) listam sete problemas que consideram centrais e inerentes à pesquisa Sociolinguística histórica, a saber: i) *representatividade*, ii) *validade empírica*, iii) *invariação*, iv) *autenticidade*, v) *autoria*, vi) *validade histórica e social* e vii) *ideologia padrão*. Dentre eles, ao menos três relacionam-se diretamente aos informantes, ou seja, aos indivíduos do passado que deixaram registros. É o caso da autoria, da autenticidade e da validade social e histórica, que comentaremos nesses pressupostos.

Não raro, é preciso que se faça uma pesquisa paralela às investigações linguísticas em busca de informações mínimas sobre os autores dos documentos sobreviventes do passado. Um dos maiores obstáculos quanto à *autoria* – quando os textos são assinados – é descobrir se os documentos são autógrafos. Muitos textos do passado não eram registrados pela mão do seu autor por diferentes razões, como por exemplo, o fato de ele ser analfabeto. Além disso, a possibilidade de existirem várias cópias de um mesmo documento gera dúvidas quanto à versão original; isso porque as cópias não eram isentas de sofrerem alterações de terceiros.

O problema da *autenticidade*, segundo Hernández-Campoy e Schilling (2012), refere-se ao grau de pureza nos textos em relação aos usos autoconscientes que eram feitos pelos informantes (as hipercorreções, por exemplo). Isso significa que usos linguísticos conscientes possivelmente bloqueavam o aparecimento de algumas formas próprias da língua falada, que podem ter sido evitadas e substituídas. Sendo assim, os textos muitas vezes almejavam se adequar a uma norma padrão que se afastava da língua nativa dos falantes. Cabe ao linguista filtrar a interferência dessa norma e separá-la dos usos mais próximos à esfera do vernáculo e, ainda, das atitudes autoconscientes dos autores que, em um ato hipercorretor, podem ter cometido desvios ao tentarem adequar-se a alguma regra.

Outra questão atrelada aos informantes do passado é a da *validade social e histórica*. Hernández-Campoy e Schilling (2012) mencionam que, geralmente, se conhece pouco sobre a posição social dos autores e menos ainda sobre a estrutura social da comunidade onde estavam inseridos. Isso exige que o linguista busque decifrar minimamente como se organizava a sociedade a que pertenciam os informantes, pois certos conceitos como classe social e gênero/sexo não podem ser interpretados com base na significação atual. Recuperar a informação social necessária para a interpretação dos padrões de variação nos textos escritos é fundamental para que se empreenda uma análise sócio-histórica. Algumas disciplinas de áreas afins auxiliam no trabalho de reconstrução, como é o caso da história social.

Comentados brevemente os três problemas centrais associados às fontes documentais do passado, descreveremos as características da amostra utilizada para análise neste artigo, discutindo que problemas foram identificados e como eles foram “solucionados” de maneira a viabilizar um estudo sociolinguístico histórico.

3.2 Os informantes do *corpus* em análise

O *corpus* que utilizaremos é constituído por cartas pessoais escritas entre o final do século XIX e o início do XX. Compõem a amostra documentos trocados entre membros da Família Cruz, da Família Pedreira Ferraz Magalhães e entre um casal de noivos, Jayme e Maria. Embora esse material faça parte de um passado relativamente recente, ele não está isento dos problemas apresentados em 2.1, como podemos conferir a seguir.

Os documentos da Família Cruz foram obtidos através do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), no Rio de Janeiro. Por estar arquivado em um acervo público, devidamente organizado e catalogado, o referido material não causou grandes problemas quanto à questão da autoria: trata-se de cartas trocadas entre o cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro, Oswaldo Cruz (1872-1917) e sua esposa Emília Fonseca (“Miloca”, como aparece nos textos) desde a época em que eram noivos até depois de casados. Há ainda cartas escritas por Elisa (“Lizeta”), uma das filhas do casal. Os textos são autógrafos, com assinatura dos remetentes, e relatam, dentre outras coisas, as constantes viagens a trabalho de Oswaldo Cruz pelo Brasil e pela Europa.

O principal obstáculo colocado pela amostra da Família Cruz diz respeito à autenticidade; por meio da leitura das cartas, fica evidente que os missivistas se adéquam a um padrão linguístico bastante conservador, afastando-se da língua mais natural, próxima à fala. São missivistas que apresentam alto grau de letramento e domínio do registro escrito. Ao olhar especificamente para as estratégias pronominais de segunda pessoa do singular, podemos notar que quase não ocorre variação entre as estratégias dos paradigmas de *tu* e de *você*, embora saibamos que ela já ocorria no PB desde o século XVIII, conforme atestou Marcotulio (2010)³. No que se refere à validade histórica e social, não houve dificuldades para levantar informações sobre um dos remetentes/destinatários: a biografia do médico Oswaldo Cruz é fartamente documentada e registrada em bibliografia secundária. Pouco sabemos, contudo, sobre os outros escreventes da família Cruz, como a sua esposa e a filha. Deduzimos que tenham sido pessoas inseridas em um meio socialmente elevado a partir do *status* social de Oswaldo Cruz. Além disso, os assuntos das cartas também são reveladores: Emília comenta, em uma das cartas, suas impressões acerca de uma peça teatral, e Lizeta relata momentos de sua viagem a Londres:

(11) *A peça de hontem ‘Angelo’ de V. Hugo, foi uma verdadeira maravilha. O theatro estava quasi cheio, muita gente conhecida.* (OC-17-10-1905)

(12) *Estou muito triste porque disseram-me que por causa da guerra não se podia visitar o Castelo de Windsor, onde pretendiamos ir sábado.* (LO-10-06-1915)

As cartas da Família Pedreira Ferraz Magalhães foram editadas por Rumeu (2008). A autora analisou o comportamento linguístico dos indivíduos ao longo de suas vidas sob um rigoroso controle do perfil sociolinguístico dos mesmos. Seu trabalho foi inovador na medida em que foi capaz de elaborar uma proposta metodológica para um “estudo de

³O autor, ao analisar as cartas escritas pelo 2º Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, entre os anos de 1769 e 1776, encontrou a combinação do pronome *você* com as formas do paradigma de *tu*.

painel”, voltado para sincronias passadas, do comportamento linguístico de cada um dos indivíduos da amostra (LABOV, 1994).

Graças à rica pesquisa biográfica feita por Rumeu (2008), tanto a questão da autoria quanto da validade histórica e social não geram acentuados entraves para a investigação sociolinguística: as cartas da amostra foram escritas pela missivista Zélia, alguns de seus treze filhos, seus pais, João Pedreira do Couto Ferraz e Elisa Amália de Oliveira Bulhões, e por seu esposo, Jerônimo de Castro de Abreu Magalhães. Os destinatários das missivas são, também, os mesmos membros da família. Ainda que eles não fossem “ilustres”, como no caso de Oswaldo Cruz, seus textos “constituem, indubitavelmente, uma preciosa amostra da produção escrita de brasileiros cultos, em fins do século XIX e na primeira metade do século XX” (RUMEU, 2008, p. 249). Tal fato levanta novamente o problema da autenticidade dos dados: as cartas, principalmente dos missivistas masculinos, primam por um purismo linguístico, que se reflete em um tratamento uniforme na representação da 2ª pessoa do singular, isto é, na atenuação de algumas variantes que já ocorriam em cartas produzidas por remetentes menos letrados.

A última subamostra de cartas pessoais do nosso *corpus*, diferentemente das outras duas anteriores, é marcada pelos três problemas comentados em 2.1. As missivas do casal Jayme e Maria foram editadas por Silva (2012), que abordou a variação entre os pronomes *tu* e *você* na posição de sujeito. Conforme estudiosos de Sociolinguística histórica já mostraram, os materiais disponíveis em arquivos públicos pertencem a membros de níveis sociais mais elevados, pessoas ilustres cujos parentes julgaram importante preservar a memória através dos documentos; em contrapartida, documentos de indivíduos não ilustres, associados a níveis sociais mais baixos, são raros, contêm dados biográficos escassos, o que torna seus autores praticamente anônimos (cf. CONDE SILVESTRE, 2007). Silva (2012) relata a dificuldade de obter dados biográficos sobre o “casal dos anos 1930”:

Essa documentação que serviu de base para esta análise, ao contrário de outros materiais utilizados em estudos linguístico-históricos, não foi localizada em nenhum acervo ou arquivo de acesso público, e sim recolhido, ao acaso, no lixo, no bairro de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro. Por essa razão, todos os dados obtidos foram retirados das próprias cartas a fim de que fosse possível fazer uma descrição acerca dos autores das mesmas (SILVA, 2012, p.43).

Como podemos perceber, todos os dados biográficos apresentados por Silva (2012) foram extraídos das próprias cartas, estratégia que costuma ser empregada nos casos de ausência total de informações biográficas dos autores dos documentos históricos (cf. CONDE SILVESTRE, 2007). A partir das 97 missivas trocadas entre os noivos, observamos que: i) quanto à autoria, parece que os informantes eram os próprios autores das cartas, haja vista a presença das assinaturas, bem como a regularidade nos desvios grafemáticos e gramaticais e no estilo de discurso presente nos textos; ii) quanto à autenticidade, os textos são, dentre os três subconjuntos, os que contêm o melhor quadro para o estudo da variação das formas pronominais de 2ª pessoa, pois a norma verificada nas cartas aproxima-se em boa medida do que se acredita ser a língua falada da época; iii) quanto à validade histórica e social, o levantamento de Silva (2012) nos permite afirmar que Jayme e Maria eram pessoas comuns, não ilustres: ele residia no bairro de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro e trabalhava no centro da cidade; ela

morava em Petrópolis e era mãe solteira de uma menina. Além disso, Silva (2012) identifica também que ambos tinham pouco domínio da cultura letrada (Maria menos do que Jayme), apesar de serem alfabetizados.

Pautando-nos nesses dados acerca dos informantes, pretendemos desenvolver a análise dos complementos pronominais de segunda pessoa. Como expusemos nas linhas anteriores, as lacunas existentes pela falta de registros biográficos foram preenchidas com informações presentes nas cartas e pelo grau de letramento dos missivistas evidenciado pelo domínio dos modelos de escrita da época. De todas as informações obtidas, parece-nos mais viável correlacionar as variantes de acusativo e dativo ao fator extralinguístico *categoria social*⁴, seguindo o raciocínio de Bergs (2012). É evidente que a sociedade brasileira dos séculos XIX e XX apresentava uma estratificação social diversa da verificada para a atualidade; entretanto, é igualmente evidente a existência de alguma diferenciação social pautada em fatores econômicos, políticos e socioculturais. As pesquisas biográficas em torno das famílias e do casal que compõem o *corpus* nos autorizam a situá-los em categorias sociais distintas.

Na seção a seguir, ao abordarmos os fatores que foram correlacionados às variantes pronominais de 2ª pessoa nas posições de complemento, explicaremos de que forma a categoria social dos remetentes pode influenciar na variação pronominal em foco.

4 METODOLOGIA

A análise dos dados segue uma metodologia particular, mais adequada ao tratamento de dados históricos. Seria inviável nos pautarmos nos moldes da Sociolinguística sincrônica, pois esta não resolveria os problemas concernentes aos documentos de sincronias passadas. Além disso, a quantidade de dados disponíveis não é suficiente para que verificássemos, por exemplo, o peso relativo das variáveis independentes em relação às variantes.

Feitas essas ressalvas, submetemos os 402 dados de pronomes-complemento de 2ª pessoa do singular ao programa estatístico GoldVarb X a fim de verificar as frequências das variantes em relação aos fatores linguísticos e extralinguísticos predefinidos. Por meio do cruzamento das variantes com as variáveis independentes comentadas a seguir, podemos ainda observar a distribuição (mínima que seja) das estratégias empregadas nas cartas do período em foco.

Para este trabalho, selecionamos como grupos de fatores a serem correlacionados às variantes de acusativo e dativo a estratégia pronominal adotada na carta pelo remetente na posição de sujeito e a categoria social à qual pertencia o informante. Vejamos os objetivos que motivaram a escolha desses fatores bem como as hipóteses a serem observadas a partir deles.

⁴Seria um erro, como assinala Bergs (2012), falar em classe social em relação a sincronias passadas, tendo em vista que esse é um conceito bastante atual e aplicável às sociedades contemporâneas. Os parâmetros que dividiam a sociedade brasileira em classes entre fins do século XIX e início do século XX não são, de forma alguma, os mesmos que se utilizam hoje em dia. Por isso, optamos pela utilização do termo “categoria social”, mais amplo do que classe social. Pretendemos, com isso, mostrar que os informantes do *corpus* pertenciam a agrupamentos sociais distintos, embora não possamos falar em classes distintas.

Em relação à estratégia de sujeito pronominal empregada na carta, é possível encontrar no *corpus* em questão os seguintes subsistemas pronominais de tratamento, de acordo com Lopes e Cavalcante (2011): o uso exclusivo de *tu*; o uso exclusivo de *você*; a mescla de tratamento, isto é, dentro da mesma carta o remetente emprega as formas *tu* e *você* na posição de sujeito. O objetivo de controlar essa variável é verificar se a forma pronominal utilizada na posição sintática de sujeito exerce alguma influência sobre as formas que aparecem como complemento, isto é, se as estratégias de complemento acompanham o mesmo paradigma das formas presentes na posição de sujeito. Por hipótese, acreditamos que, nos contextos de mescla entre *tu* e *você* (subsistema característico do Rio de Janeiro), a forma pronominal de complemento mais utilizada é o clítico *te*, tanto para o acusativo quanto para o dativo, que pode, portanto, associar-se tanto à forma *tu* quanto à forma *você* sem restrições (cf. LOPES e CAVALCANTE, 2011).

A categoria social a que pertencia o informante é o segundo grupo de fatores a ser observado na análise. Com base nas informações biográficas e nas marcas linguísticas dos informantes, foi possível fazer uma diferenciação genérica entre os três subconjuntos de cartas que compõem a nossa amostra. Sendo assim, o material da Família Cruz fornece evidências de que seus informantes inseriam-se em uma categoria social elevada; o acervo da Família Pedreira Ferraz, embora seja composto por indivíduos cultos conforme destacou Rumeu (2008), reúne informantes de uma categoria social menos elevada, se comparados aos membros da Família Cruz; já o conjunto de cartas do casal Jayme e Maria oferece indícios de que os mesmos faziam parte de uma categoria social baixa, mais próxima às classes populares. A partir disso, pretendemos investigar se havia alguma influência da categoria social na realização das diferentes estratégias de complemento. Por hipótese, acreditamos que essa variável social não interfira diretamente no fenômeno; porém, esses fatores influenciariam na chamada “uniformidade de tratamento”: indivíduos de categorias sociais mais elevadas, com maior domínio sobre os modelos de escrita, tendem a “obedecer” ao uso uniforme dos pronomes na carta (*tu*-sujeito – *te/ti*-complemento; *você*-sujeito – *o/a/the*-complemento); em contrapartida, membros de categorias sociais menos elevadas e com pouco domínio dos modelos de escrita “desobedecem” essa uniformidade (*você*-sujeito, *te*-complemento). Além disso, esses últimos registram maior número de formas variantes nas posições de complemento.

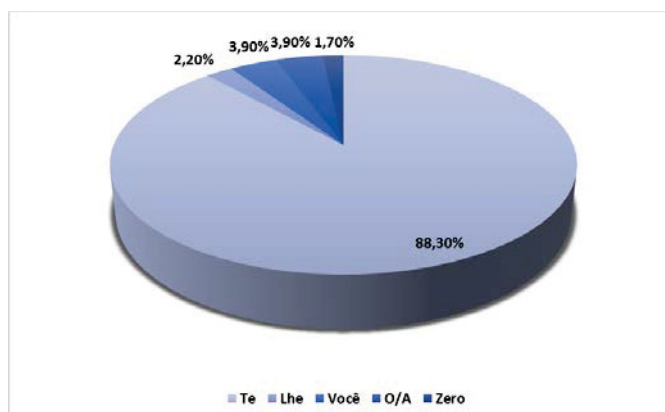
Expostos os fatores, apresentamos na seção a seguir nossos resultados. Primeiramente, serão abordados os complementos acusativos e, em seguida, os dativos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 O acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais

Em relação à utilização das formas variantes do acusativo de segunda pessoa do singular, encontramos 181 dados na amostra. O gráfico 1 apresenta a distribuição das estratégias encontradas.

Gráfico 1 Percentual de ocorrência das variantes acusativas em cartas pessoais do final do século XIX e início do XX.



Fonte: Autor

Como vemos, o clítico acusativo *te* é predominante, figurando em 160 de um total de 181 dados (88%). As outras quatro estratégias registraram frequências abaixo de 5%; somadas, totalizam pouco mais de 10%. Com essa primeira informação, já observamos a alta produtividade do *te* em toda a amostra.

A Tabela 1 apresenta as variantes acusativas correlacionadas ao tratamento predominante empregado na posição de sujeito.

Tabela 1. Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento acusativo.

	te	lhe	você	Ø	o/a	TOTAL
TU	70	-	-	-	1	71
	98,5%	-	-	-	1,5%	39,2%
TU E VOCÊ (MISTO)	88	3	7	3	-	101
	87%	3%	7%	3%	-	55,8%
VOCÊ	2	1	-	-	6	9
	22,2%	11,1%	-	-	66,6%	5%
TOTAL	160	4	7	3	7	181
	88,3%	2,2%	3,9%	1,7%	3,9%	100%

Fonte: Autor

De acordo com a Tabela 1, verificamos que prevaleceram as cartas em que havia a mescla de tratamento na posição de sujeito: mais da metade dos dados foram extraídos de cartas nas quais o informante alternava o uso do pronome *tu* com o pronome *você*. Com relação às estratégias, observamos que o clítico acusativo *te* foi mais frequente nas cartas em que havia a presença do pronome *tu* na posição de sujeito – seja com uso exclusivo dessa forma, seja em variação com o *você*. O mesmo não acontece nas cartas com uso exclusivo de *você*, nas quais a forma *te* é a segunda estratégia mais frequente com 22,2%. Nesse caso, os clíticos de 3ª pessoa *o/a* ainda apresentavam índices mais altos (66,6%). O clítico *lhe* em função acusativa de 2ª pessoa totalizou apenas 4 dados, sendo 3 desses retirados de cartas com tratamento misto (*tu* e *você* na posição de

sujeito). O pronome lexical *você* em posição de complemento só apareceu em cartas de variação *tu/você* na posição de sujeito; o mesmo ocorreu com o objeto nulo que, nesse caso, pode ser interpretado como uma estratégia de esquiva dos remetentes.

Quanto às formas de 3ª pessoa, chamou-nos atenção a ocorrência de um dado do clítico *-a-* correlacionado com o *tu* na posição de sujeito:

(13) *longe de ti minha bela, tudo e diferente para mim mundo parece-me que vae acabar a saudade atormenta-me a todo momento pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te jamar pelo meu nome, pareço vel-a, mas tudo isso não passa de uma ilusão, porque estas tão longe, e só tenho comigo dentro do peito o teu pobre coração.* (JM-24-09-1936)

Trata-se do missivista Jayme, que ora empregava em suas cartas apenas *tu* na posição de sujeito ora apresentava variação entre *tu* e *você* nessa posição. Vale ressaltar que as cartas trocadas pelos noivos Jayme e Maria eram cartas de amor, nas quais havia um forte grau de intimidade, confiança e emocionalidade entre o remetente e o destinatário. O discurso amoroso evoca o emprego de um tratamento mais íntimo, que seria feito através do pronome *tu*. Em algumas missivas de Jayme há, inclusive, fragmentos excessivamente poéticos, repletos de um lirismo recorrente e até piegas. Esse pode ser um indício de que o escrevente reproduzia em suas cartas trechos extraídos de outros documentos, de textos literários amorosos. Acreditamos, portanto, que o uso desse clítico de 3ª pessoa deva-se ao fato de Jayme possivelmente ter retirado esse fragmento de outro documento, de cunho literário.

Pudemos perceber, com base na Tabela 1, que quando o missivista alterna o tratamento na posição de sujeito, além de se acentuar a presença das diversas formas variantes de acusativo, há a preferência pelo clítico prototípico de 2ª pessoa *te*. Esses resultados indicam que o *te* acusativo pôde associar-se tanto ao subsistema no qual vigora exclusivamente o pronome *tu* como sujeito, quanto ao subsistema em que *tu* coexiste com o *você* na referida posição sintática. Passemos à Tabela 2, em que separamos as estratégias de acordo com as subamostras do *corpus*.

Tabela 2 As estratégias de acusativo segundo o subamostra do *corpus*

	te	lhe	você	Ø	o/a	TOTAL
Oswaldo Cruz	36	-	-	-	-	36
	100%	-	-	-	-	20%
Pedreira Ferraz	26	4	-	2	6	38
	68,4%	10,5%	-	5,3%	15,8%	21%
Jayme e Maria	98	-	7	1	1	107
	88,4%	-	6,5	0,9%	0,9%	59%
TOTAL	160	4	7	3	7	181
	88,4%	2,2%	3,9%	1,7%	3,9%	100%

Fonte: Autor

Observamos que as duas famílias juntamente com o casal registraram o clítico *te* na posição acusativa como estratégia mais frequente: 68,4% dos dados da Família Pedreira

Ferraz, 88,4% nas cartas do casal Jayme e Maria e em 100% dos dados da Família Cruz. Os quatro dados do clítico *lhe* em função acusativa de 2ª pessoa apareceram somente nas cartas da Família Pedreira, enquanto que o pronome lexical *você* figurou apenas nas cartas do casal.

Percebemos, ainda, que a família Pedreira Ferraz e o casal Jayme e Maria, apesar de empregarem majoritariamente o pronome *te*, apresentaram variação entre as formas acusativas, ao passo que na Família Cruz não houve variação, aparecendo apenas o clítico *te*. Em (14)-(16), exemplificamos a ocorrência do clítico acusativo *te* no nosso *corpus*:

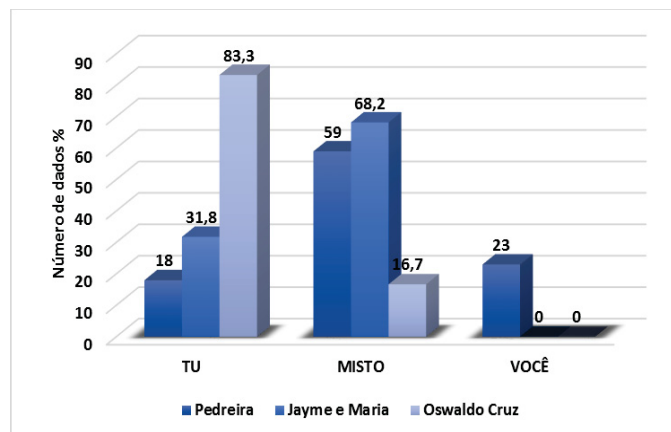
(14) **Pedreira Ferraz Magalhães** –*Recebe o coração de tua mãe extremosa que te abraça muito Zélia* (PF-23-01-1912)

(15) **Oswaldo Cruz** –*Beija-te com muito carinho e abraça-te saudosamente morto de saudades o teu de coração e de espirito* (OC-12-04-1915)

(16) **Jayme e Maria** –*Já começo a sentir a anciedade de ver-te novamente, de ver a deusa que é a minha rainha, a deusa que eu sempre incluo nos meus sonhos.* (JM-06-10-1936)

É preciso, todavia, ressaltar uma informação importante: ainda que todas as famílias tenham empregado predominantemente a mesma estratégia de acusativo (*te*), o fizeram por motivações diferentes. O Gráfico 2 ilustra a correlação entre a estratégia utilizada na posição de sujeito e o grupo de informantes do *corpus*.

Gráfico 2 Correlação entre a forma utilizada na posição de sujeito e as subamostras do *corpus* – dados do acusativo



Fonte: Autor

Notamos que, no caso da Família Pedreira Ferraz e do casal Jayme e Maria, mais da metade dos dados de acusativo foram levantados em cartas de mescla de tratamento na posição de sujeito: 59% e 68,2%, respectivamente. Por outro lado, em relação à Família Cruz, mais de 80% dos dados do complemento em questão foram extraídos das missivas cujo tratamento na posição de sujeito se dava exclusivamente por *tu*. Em outras palavras, isso significa que os 100% de dados do clítico *te* verificados na Família Cruz (Tabela 2) não ocorreram nos mesmos contextos sintáticos dos demais subconjuntos do

corpus: considerando de maneira ampla a representação da 2ª pessoa do singular nas diferentes posições da sentença, o *te*-acusativo registrado nos dados de Oswaldo Cruz, de sua esposa e de sua filha associam-se ao pronome-sujeito *tu*; já o *te*-acusativo que figura nos dados da Família Pedreira e do casal de noivos associam-se tanto à forma *tu* quanto à forma *você* na posição de sujeito.

Portanto, concluímos que a alta frequência do clítico *te* acusativo deve-se a motivações distintas: em relação à Família Cruz, há uma clara intenção de manter uma uniformidade de tratamento, apregoada pela tradição gramatical; logo, os remetentes desta Família, que se tratam por *tu* nas cartas, estendem o paradigma dessa forma para a posição de complemento acusativo. Já os remetentes da Família Pedreira Ferraz e o casal de noivos não apresentam o mesmo rigor quanto à manutenção da uniformidade; esses informantes empregam a forma *você* como um pronome pessoal de 2ª pessoa legítimo e, devido a isso, a ela correlacionam o pronome-complemento de 2ª pessoa também legítimo *te*. Embora a simetria formal “*tu-te*” seja “quebrada”, a simetria semântica de “2ª pessoa do singular” é mantida.

As observações do parágrafo anterior levantam um novo questionamento: tendo em vista que a utilização das variantes de acusativo se mostrou bastante diversa entre as Famílias Cruz e Pedreira Ferraz, formadas pelos indivíduos considerados mais letrados e com maior domínio dos modelos de escrita em nosso estudo, poderíamos então afirmar que o emprego das variantes de acusativo observado nos dados dos remetentes da Família Pedreira se aproxima do emprego verificado nos dados do casal Jayme e Maria, os “menos cultos”? Ao revisitar a Tabela 2, fica evidente que tal afirmação não procede.

Novamente recorrendo ao conceito de uniformidade de tratamento prescrito nas gramáticas normativas, constatamos que, quando as formas pronominais de 3ª pessoa são utilizadas com referência à 2ª pessoa do discurso, recomenda-se a utilização de formas de 3ª pessoa nas posições de complemento; no caso em foco, corresponderiam ao pronome *você* na posição de sujeito as formas clíticas acusativas *o/a*. Retornando à Tabela 2, podemos observar que os membros da Família Pedreira Ferraz – adotando uma perspectiva estritamente normativa – foram os que mais se adequaram a essa regra: contam-se 6 dados de *o/a* nas cartas com uso exclusivo de *você*.

Além disso, é apenas nesta subamostra do *corpus* que encontramos o *lhe*, clítico dativo de 3ª pessoa, em função de acusativo de 2ª pessoa; a própria gramática normativa já prevê o uso dessa forma para se referir ao *você*, visto que ela reconhece o sentido de 2ª pessoa do singular presente neste pronome. Contudo, o *lhe* é recomendado para a função dativa; o uso de *lhe* em função acusativa caracteriza uma transferência de função, embora seja mantida a uniformidade (*você*-sujeito – *lhe*-acusativo, ambos sendo formas de 3ª pessoa).

Não verificamos o uso dos clíticos *o/a* e *lhe*-acusativo em referência à segunda pessoa nas cartas do casal de noivos⁵. Quando Jayme e Maria não empregavam a forma *te* em

⁵Cabe lembrar que o único caso de clítico *o/a* registrado nas cartas do casal é um dado duvidoso, pois parece ter sido retirado de outro texto, conforme explicamos anteriormente.

seus textos, a representação do acusativo de 2ª pessoa ficava a cargo do pronome lexical *você*. Tal uso evidencia o que Duarte (1986) afirma sobre a baixa produtividade dos clíticos de terceira pessoa na língua falada e na língua escrita do PB. Como já ressaltamos, seguindo o que Silva (2012) apresentou em seu trabalho, os textos do casal apresentam mais marcas de oralidade, o que justificaria o uso do *você*-acusativo em lugar das formas clíticas de 3ª pessoa.

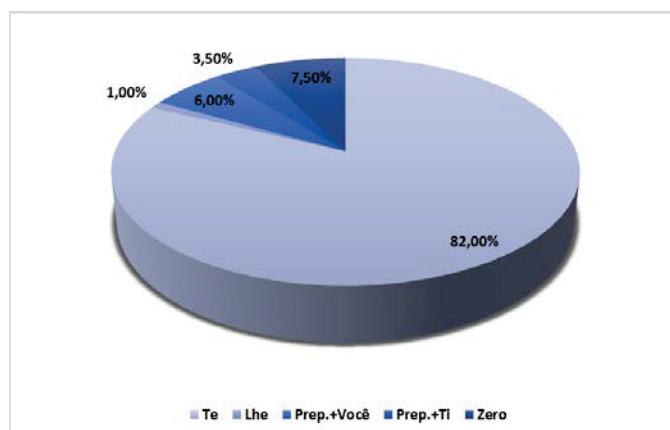
Por tudo que foi exposto, podemos concluir que as duas hipóteses com que trabalhamos se confirmaram para o complemento acusativo de 2ª pessoa. Os dados do *corpus* mostraram que o clítico *te* acusativo foi mais frequente nos subsistemas em que havia a forma *tu* na posição de sujeito (*tu* ou *tu/você*); no entanto, quando a estratégia na posição de sujeito era exclusivamente o uso de *você*, houve baixa produtividade do referido clítico (2 dados), indicando que a forma empregada no sujeito condicionava, de certa forma, o uso do acusativo. Quanto ao fator social, percebemos que não há um condicionamento direto sobre as variantes de acusativo, pois o clítico *te* foi altamente produtivo nos conjuntos de cartas que pertenciam a famílias socialmente distintas por nossos critérios (Família Cruz e Jayme e Maria, por exemplo).

Notamos, entretanto, que a alta incidência do *te* ocorreu em contextos diferentes: os informantes associados à categoria social mais elevada e aparentemente mais letrada empregam o *te*-acusativo relacionado ao pronome sujeito *tu*, respeitando assim a uniformidade de tratamento prescrita pela tradição gramatical; os informantes das demais categorias sociais, com níveis de erudição distintos, “desrespeitam” a uniformidade de tratamento utilizando o acusativo *te* em contexto de mescla de tratamento, embora mantenham a simetria semântica, visto que as formas de 3ª pessoa relacionadas a *você* já se referiam à 2ª pessoa. Por fim, observamos ainda uma distinção no emprego das formas variantes de acusativo entre a Família Pedreira Ferraz e o casal de noivos, que nos permite considerar aquela mais letrada do que este último: os membros da Família Pedreira empregam, em determinadas cartas, os clíticos de 3ª *o/a* e *lhe* em função acusativa correlacionados ao sujeito *você*, enquanto o casal quase já não utiliza esses clíticos que caíram em desuso no PB.

4.2 A variação do complemento dativo de 2ª pessoa

Da amostra recolhida para este estudo, obtivemos um total de 221 dados de complemento dativo de segunda pessoa do singular. No Gráfico 3, expomos a distribuição das variantes registradas.

Gráfico 3. Percentual de ocorrência das variantes dativas em cartas pessoais do final do século XIX e início do XX.



Fonte: Autor

Assim como foi verificado para o acusativo, o complemento dativo também apresenta um elevado índice de clítico *te*: 182 dos 221 dados, o que representa 82% da amostra. As demais variantes, individualmente, não ultrapassam a marca de 10% e totalizam, juntas, 18%. A Tabela 3 a seguir correlaciona as estratégias do dativo pronominal ao tratamento empregado na posição de sujeito, a fim de verificar se essa posição sintática exerce algum condicionamento sobre o complemento em questão. Vejamos as frequências:

Tabela 3 Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento dativo

	te	lhe	Ø	prep.+ti	prep.+você	TOTAL
TU	99	-	4	4	2	109
	90%	-	4%	4%	2%	49,5%
TU E VOCÊ (MISTO)	77	1	13	4	9	104
	74%	1%	12,5%	4%	8,5%	47%
VOCÊ	6	1	-	-	1	8
	75%	12,5%	-	-	12,5%	3,5%
TOTAL	182	2	17	8	12	221
	82%	1%	7,5%	3,5%	6%	100%

Fonte: Autor

Em primeiro lugar, cabe destacar que 49,5% dos dados de dativo foram extraídos de cartas com o uso exclusivo de *tu* na posição de sujeito. As cartas de mescla de tratamento responderam por 47% dos dados obtidos. As cartas com tratamento exclusivo de *você* contabilizaram apenas oito dados para o dativo. É interessante assinalar que, nas três possibilidades de tratamento na posição de sujeito, a estratégia preferida foi o *te*, mostrando que a variante de 2ª pessoa utilizada pelo remetente na função de sujeito não condiciona o uso desse clítico na posição de dativo. Em (17)-(19), exemplificamos a ocorrência do clítico *te* coocorrendo com o sujeito *tu*, com o *você* e em uma construção na qual há a alternância entre *tu* e *você*:

(17) [...] *podes dizer, meu anjinho, com toda a firmeza, que não ha nenhuma que seja tão querida pelo noivo como tu o és por | mim, juro-t'ó.* (OC-21-04-1891)

(18) *se Você não pôde escrever, peça a alguma alma bôa, estou certa que te fará ese favor.* (PF-01-01-1948)

(19) *quando o receberes eu peçote para veres e de pois voçe pode rasgar ou mandar ou tra- veis pramin por que este retrato esta orivel* (MJ-06-10-1936)

Ainda com relação à tabela, registramos somente dois dados da forma *lhe*, sendo que um deles foi extraído de carta com mescla de tratamento na posição de sujeito, e outro, de carta com uso exclusivo de *você* (sobre essas ocorrências, comentaremos mais adiante). O dativo nulo foi a segunda estratégia mais frequente na amostra, tendo sido registrada a maioria das ocorrências (13 dos 17 dados) nas missivas em que o remetente alterna entre *tu* e *você*. É também nessas cartas que contabilizamos maior número de dados de sintagmas preposicionados do tipo *prep.+você* (9 das 12 ocorrências). Já os sintagmas preposicionados do tipo *prep.+ti* figuraram em cartas em que havia a presença do sujeito *tu* – exclusivamente ou em variação com o *você* – totalizando oito dados.

Diante dos índices agrupados na Tabela 3, constatamos que a alternância de tratamento na posição de sujeito favorece o aparecimento das variadas estratégias de uso do dativo de 2ª pessoa, visto que contabilizamos ao menos um dado de cada variante em cartas com variação entre *tu/você* na posição de sujeito. Além disso, como já sinalizamos anteriormente, o clítico *te* é a única forma de dativo que ocorre independentemente da estratégia empregada na posição de sujeito (*tu* e/ou *você*). Não registramos, por exemplo, a ocorrência do clítico *lhe* (forma do paradigma de *você*) em cartas com uso exclusivo de *tu* ou de sintagma preposicionado *prep.+ti* (forma do paradigma de *tu*) em cartas com uso exclusivo de *você*. As restrições de uso das diferentes estratégias de dativos seriam ocasionadas pela forma adotada na função de sujeito, restrições essas a que o clítico *te* parece estar “imune”. Passemos à Tabela 4, em que separamos as variantes de acordo com os três subconjuntos de cartas.

Tabela 4 As estratégias de dativo segundo a subamostra do *corpus*

	te	lhe	Ø	prep.+ti	prep.+você	TOTAL
Oswaldo Cruz	103	-	2	2	1	108
	95%	-	2%	2%	1%	48%
Pedreira Ferraz	12	1	-	-	1	14
	86%	7%	-	-	7%	6%
Jayme e Maria	67	1	15	6	10	99
	67%	1%	15%	7%	10%	46%
TOTAL	182	2	17	8	12	221
	82%	1%	8%	4%	5%	100%

Fonte: Autor

O pronome clítico *te* foi a forma mais frequente em todas as subamostras das famílias analisadas: 67% dos dados nas cartas do casal de noivos, 86% nas da Família Pedreira Ferraz e 95% no material da Família Cruz. Essa última, aliás, registrou quase 100% dos

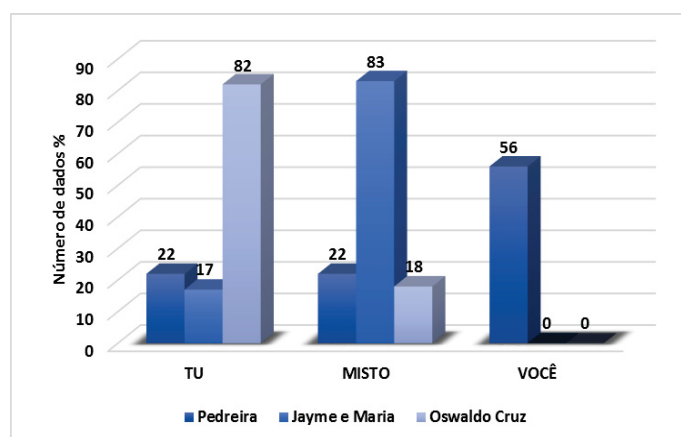
seus dados vinculados às variantes do paradigma de *tu*. Se somarmos os clíticos *te* às duas ocorrências de sintagmas preposicionados (*prep.+ti*), serão 105 dos 108 dados relacionados ao referido paradigma. Ao separar os dois dados de dativo nulo por esse ser uma estratégia neutra que, portanto, não se afilia a nenhum paradigma, verificamos que houve, de fato, na amostra da Família Cruz, uma única variante ligada ao *você*, utilizada pela informante Emília no P.S. em uma das suas cartas. Trata-se de um aparente “desvio” da uniformidade de tratamento fortemente presente no material da família:

(20) *Papae esteve hoje com o Hilario De Gouveia elle perguntou muito por vo-ce e disse que ia te nomear para uma comissão contra a tuberculose e que pedia a voce para acceitar e apparecer.* (OC-17-10-1899)

Nos poucos dados da Família Pedreira Ferraz, contabilizamos duas ocorrências de formas pertencentes ao paradigma de *você*: um dado de *lhe* e um dado de *prep.+você*. A variação das formas dativas se mostra mais latente nos dados do casal Jayme e Maria: além dos clíticos *te* já referidos, registramos 15 dados de dativo nulo, 10 dados de sintagma preposicionado *prep.+você*, seis dados de sintagma preposicionado *prep.+ti* e um dado do clítico *lhe*.

Como apresentamos na seção que tratou dos complementos acusativos, os numerosos dados do clítico *te* observados para as duas famílias e para as cartas do casal não foram extraídos dos mesmos contextos sintáticos. Para comprovar isso, organizamos as frequências de dados encontradas no *corpus* segundo a estratégia pronominal da posição de sujeito dividindo-as entre as três subamostras de cartas, como podemos ver no Gráfico 4.

Gráfico 4. Correlação entre a forma utilizada na posição de sujeito e as subamostras do *corpus* – dados de dativo



Fonte: Autor

Um quadro semelhante ao observado para os dados de acusativo pode ser verificado em relação aos dativos: 82% dos dados levantados no material da Família Cruz foram retirados de cartas em que o missivista empregava apenas *tu* na posição de sujeito. A diferença em relação aos dados do complemento anteriormente analisado está entre a Família Pedreira Ferraz e o casal Jayme e Maria. O contexto em que foram encontrados

mais dados de dativo nas cartas do casal foi o de mescla de tratamento entre *tu* e *você*, tal qual ocorreu com os dados de acusativo. Não verificamos, no entanto, o mesmo para as cartas da Família Pedreira Ferraz, cujo maior número de dados de dativo foi extraído das missivas com uso exclusivo do *você*. Essas observações reforçam nosso argumento apresentado em relação aos dados da estratégia mais produtiva: os dados de *te*-dativo registrados nas cartas da Família Cruz estão associados ao pronome-sujeito *tu*, ao passo que os dados de *te*-dativo presentes nas cartas da Família Pedreira estão associados à forma *você*. Já os dados extraídos das cartas do casal associam-se a um contexto de mescla na posição de sujeito, em que o pronome *tu* alterna com o *você*.

Diante dessas constatações, surge a pergunta: qual seria a relação entre as estratégias utilizadas na posição de sujeito, as variantes empregadas na posição de complemento e a categoria social dos informantes? A correlação entre essas variáveis estaria na manutenção ou não da uniformidade de tratamento: os remetentes da Família Cruz, pertencentes a uma categoria social mais elevada, com maior grau de erudição, preocupavam-se nitidamente em manter um tratamento uniforme na 2ª pessoa do singular; ao se tratarem por *tu* na posição de sujeito, estendiam o uso do paradigma dessa forma às demais posições. E isso se reflete nos dados, conforme já demonstramos: elevados índices de *te*-acusativo/dativo associados ao *tu*-sujeito. Já os missivistas da família Pedreira Ferraz e o casal de noivos Jayme e Maria, integrantes de categorias sociais diversas daquela em que se situava a Família Cruz, demonstraram menor grau de monitoramento e, como vimos nos dados, registraram maior alternância entre as formas de dativo (*te*, *lhe*, *prep.+ti*, *prep.+você*, dativo nulo). Os dados de *te* nem sempre estavam associados à forma do mesmo paradigma na posição de sujeito, isto é, ao *tu*. No exemplo (21), temos um trecho de uma carta de Emília Cruz para o marido, o médico Oswaldo Cruz, em que a missivista representa a 2ª pessoa do singular sempre com o paradigma de *tu*, e, em (22), um fragmento de uma carta de Maria Ribeiro para o noivo Jayme Saraiva, em que há a utilização de formas dos paradigmas de *tu* e *você* para expressar a 2ª pessoa:

(21) *Peço-te encarecidamente e por tudo, para que não te esponhas, nem faças imprudências.* (OC-10-10-1905)

(22) *Eu na semana passada escrevite 6 cartas eu juro portudo que voce quizer.* (MJ-2909-1936)

Mais uma vez é preciso dizer que o fato de os missivistas da Família Cruz apresentarem um comportamento diferente dos missivistas das demais subamostras não aproxima os informantes da Família Pedreira Ferraz do casal de noivos. A evidência que justifica essa negação, em relação ao dativo, é o número de variantes registradas: das cinco estratégias possíveis, o casal Jayme e Maria utilizou todas elas, diferentemente da Família Pedreira Ferraz, que contabilizou três estratégias diferentes. Aliando essa informação àquela apresentada para o acusativo (a respeito da utilização dos clíticos de 3ª pessoa), não nos parece impossível dizer que a referida família fazia parte de uma categoria social mais letrada do que a categoria a que pertencia o casal.

Antes de finalizarmos, cabe ainda comentar as duas ocorrências do clítico *lhe*. Como sabemos, esta forma pertence originariamente à 3ª pessoa do singular e atua como dativo. Em nome da manutenção da uniformidade de tratamento defendida pela tradição

gramatical, o uso do *lhe* é “licenciado” quando se empregam formas de 3ª pessoa com referência à 2ª (*você*, por exemplo). Contudo, não verificamos um uso expressivo dessa variante no *corpus*. A explicação encontrada relaciona-se ao processo de mudança no quadro dos clíticos a que se referem Duarte (1986) e Gomes (2003): com a perda dos clíticos acusativos de 3ª pessoa (*o/a*), ocorre que, como vimos na análise do acusativo, o clítico *lhe* passa a ser utilizado como acusativo de 2ª pessoa a fim de preservar a uniformidade de tratamento (*você*-sujeito relacionado a um complemento de 3ª pessoa). Sendo assim, os dados de acusativo e dativo de 2ª pessoa levantados nas cartas do início do século XX e apresentados neste trabalho indicam que esse processo de substituição já ocorria na língua escrita no período analisado.

Concluimos a abordagem dos dativos de 2ª pessoa do singular, ressaltando os seguintes pontos: a amostra analisada evidenciou que, assim como ocorreu entre os dados do acusativo, o uso do clítico *te* foi a estratégia mais produtiva de dativo, ocorrendo independentemente do subsistema de tratamento em vigor na posição de sujeito. Foi possível constatar inclusive que a categoria social a qual pertenciam os missivistas, apesar de não influenciar diretamente na escolha das variantes dativas, condicionava a manutenção, em maior ou menor grau, da uniformidade de tratamento, visto que os membros de uma categoria social mais elevada preservaram com mais frequência a correlação entre as formas das posições de sujeito e complemento (*tu – te – a/para ti*), enquanto que os membros de categorias sociais mais populares ou menos letradas não seguiram essa correlação em suas produções escritas, anunciando o quadro pronominal que se firma no português brasileiro atual. Outro dado interessante foi a ausência de *lhe*-dativo de 2ª pessoa, que tanto pode estar relacionado com o uso desse clítico em função acusativa de 2ª pessoa quanto com o fato de a amostra estar constituída por escreventes nascidos no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar, tanto na apreciação da amostra quanto na análise, que as cartas pessoais constituem uma fonte importante para estudar a variação pronominal na história linguística do PB. Reunimos um material plural, cujos informantes apresentavam perfis sócio-históricos diversificados. Não acreditamos que as lacunas históricas e as diferenças quantitativas dos dados de uma família para outra tenham enviesado a análise, já que os resultados obtidos são coerentes com o que outros estudos, sincrônicos e diacrônicos, vêm mostrando sobre a representação do acusativo e dativo de 2ª pessoa (cf. BRITO, 2001; LOPES; CAVALCANTE, 2011; OLIVEIRA SILVA, 2011).

Sobre a metodologia de análise, embora tenha sido inviável a aplicação de algumas ferramentas estatísticas, tais como o cálculo do peso relativo, procuramos descrever os dados coletados que, dentro dos seus limites, permitiram a verificação das hipóteses iniciais do estudo. De forma geral, os resultados indicaram que a representação da 2ª pessoa do singular nas posições de complemento – objeto central deste estudo – não segue um único paradigma no português brasileiro, apresentando variação entre as formas relacionadas a *tu* e a *você* desde a virada do século XIX para o século XX. Tanto na função acusativa quanto na função dativa, o clítico *te*, forma de representação

associada ao paradigma de *tu*, registra alta frequência de uso no período em que acontece a entrada e afirmação do *você* na posição de sujeito.

REFERÊNCIAS

BERGS, A. The Uniformitarian Principle and the Risk of Anachronisms in Language and Social History. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, p. 80-98.

BRITO, O. R. M. de. “*Faça o mundo te ouvir*”. *A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Estudos da Linguagem. Londrina, 2001.

COMPANY, C. C. El objeto indirecto. In: _____ (dir.). *Sintaxis histórica de la lengua española – primera parte: La frase verbal*. México: UNAM/FCE, 2006.

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al.: *Gramática da língua portuguesa*, 5 ed. Lisboa, Caminho. 275-320, 2003.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio ‘Evite pronome’ no português brasileiro*. Tese (Doutorado), Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1986.

GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M.C.; DUARTE, M.E. (org.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003, p. 81-96.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, p. 63-79.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, Vol. 1. 1994.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Lingüística*, Madrid, v.25, p.30 – 65, 2011. Disponível em: <http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011

MACHADO, Ana Carolina Morito. *As formas de tratamento no teatro brasileiro e português dos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARCOTULIO, L. L. *Língua e História: o 2 marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010. v. 1. 215p.

OLIVEIRA SILVA, D. de. *A expressão pronominal do acusativo e do dativo na segunda pessoa no português brasileiro: análise de roteiros cinematográficos*. Dissertação de Mestrado em Linguística Românica. Universität Tübingen, 2011.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: its Status and Methodology*. Cambridge University Press. New York, 1982.

RUMEU, M. C. de B. *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominiais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, E. N. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não-ilustre*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA J. P. F. de. *Mapeando a entrada do Você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Recebido: 14/08/2013

Aceito: 31/08/2013